

Conselho Editorial
Ataliba Teixeira de Castilho
Carlos Eduardo Lins da Silva
José Luiz Fiorin
Magda Soares
Pedro Paulo Funari
Rosângela Doin de Almêida
Tania Regina de Luca



Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não é responsável pelo conteúdo da Obra,
com o qual não necessariamente concorda. Os Autores conhecem os fatos narrados,
pelos quais são responsáveis, assim como se responsabilizam pelos juízos emitidos.

Consulte nosso catálogo completo e últimos lançamentos em www.editoracontexto.com.br

ROSELI FIGARO
(organizadora)

Beth Brit
Helena Nagamine Brandão
José Luiz Fiorin
Maria Aparecida Baccega
Maria Cecília Souza-e-Silva

Comunicação e Análise do Discurso



editoracontexto

Copyright © 2012 da Organizadora

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Foto de capa

Jaime Pinsky

Montagem de capa

Gustavo S. Vilas Boas

Diagramação

Estúdio Kenosis

Preparação de textos

Lilian Aquino

Revisão

Flávia Portellada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Comunicação e Análise do Discurso / organizadora
Roseli Figaro. – São Paulo : Contexto, 2012.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7244-721-8

1. Análise do discurso 2. Comunicação
3. Português – Estudo e ensino I. Figaro, Roseli.

12-04549

CDD-401.41

Índice para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso e ensino de língua
portuguesa : Linguagem e comunicação :
Linguística 401.41

2012

EDITORA CONTEXTO

Diretor editorial: Jaime Pinsky

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa

05083-030 – São Paulo – SP

PARQ. (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

Sumário

APRESENTAÇÃO

Adilson Citelli

INTRODUÇÃO

Roseli Figaro

I. CONCEITOS E FUNDAMENTOS

ENUNCIÇÃO E CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

Helena Nagamine Brandão

Análise do Discurso de linha francesa.....

Sujeito do discurso.....

Heterogeneidade do discurso

Benveniste: enunciação e subjetividade na linguagem.....

Bakhtin: enunciação e interação social.....

Authier-Revuz: a heterogeneidade do discurso

Ducrot: a teoria polifônica da enunciação

Conclusão

Bibliografia

II. ORGANIZAÇÃO LINGÜÍSTICA DO DISCURSO

ENUNCIÇÃO E COMUNICAÇÃO

Suzi Lutz Florin

O sentido do texto.....

Enunciação: instância de mediação entre a língua e a fala.....

Enunciado: para além do período e da linguagem verbal

Categoria de pessoa na enunciação.....

Historicidade do discurso

Enunciação e construção do sentido

Helena Nagamine Brandão

A vertente da Análise do Discurso que vou expor está ligada à perspectiva da enunciação. Abordarei alguns autores clássicos dos estudos da língua sob o aspecto enunciativo, que são basilares para compreender o discursivo. Como meu capítulo é o primeiro, achei que seria interessante começar com a colocação de um elemento básico: como definir o objeto com que essa disciplina trabalha?

Começaremos, então, trabalhando o conceito geral de discurso, o conceito que circula consensualmente a respeito do que é esse objeto. De modo geral, reconhecem-se três elementos que o definem.

- Primeiro: O discurso ultrapassa o nível puramente gramatical, linguístico. O nível discursivo apoia-se sobre a gramática da língua (o fonema, a palavra, a frase) e sobre os aspectos extralinguísticos que condicionam a sua produção. Significa que trabalhar no nível do discurso é atuar nesses dois níveis: no nível do linguístico (fonológico, sintático, lexical) e no nível extralinguístico. A linguística teve dificuldade para aceitar esses elementos extralinguísticos, dificuldade para incorporá-los no seu campo de estudo. A abordagem do extralinguístico não exclui o linguístico na Análise do Discurso.
- Segundo: O discurso diz respeito a enunciados concretos, a falas/ escritas realmente produzidas (e não idealizadas, abstratas, como as frases da gramática) e os estudos na perspectiva discursiva visam

descrever como funciona a língua no seu uso efetivo, como se dá a produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, sujeitos situados social e historicamente. Assim, o trabalho no nível discursivo tem como objeto não a frase, mas o enunciado concreto. A frase é objeto da linguística, e o objeto de uma Análise do Discurso é justamente o funcionamento da língua enquanto uso.

- Terceiro: No nível do discurso, portanto, o falante/ouvinte, escritor/leitor devem ter conhecimentos linguísticos, isto é, dominar a língua, suas regras, sua organização no nível fonológico, sintático e lexical e também conhecimentos extralinguísticos, necessários para produzir discursos adequados aos diferentes contextos de comunicação.

Essa concepção de discurso, de modo geral, é uma concepção que circula entre as diferentes tendências da Análise do Discurso. Temos hoje várias vertentes da Análise do Discurso e vamos nos ater a uma delas, a Análise do Discurso originalmente conhecida como de linha francesa. Faremos uma breve referência aos aspectos do seu surgimento.

Análise do Discurso de linha francesa

A Escola Francesa de Análise do Discurso ou Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD) surgiu na década de 1960, na França, um país que tinha forte tradição escolar no estudo do texto literário, influenciando posteriormente estudiosos brasileiros. A década de 1960 foi um período bastante agitado do ponto de vista político e cultural, tanto em nosso país, como lá fora. Aqui nós tivemos os conhecidos festivais da MPB, por exemplo, em que se revelaram talentos musicais que até hoje estão atuando, as manifestações políticas contra a ditadura militar, o golpe de 1964. Na França também uma inquietação dominou o cenário político-social, culminando com o movimento estudantil de 1968, em que os estudantes universitários saíram às ruas pedindo reformas no ensino. A Análise do Discurso francesa procurou entender esse momento político, analisando os discursos que foram então produzidos.

Ela se debruça, inicialmente, sobre os discursos políticos, de composição bem marcada: discurso de esquerda *versus* discurso de direita. Para analisar esses discursos, a AD, definida inicialmente como o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado, não se limita a um estudo pura-

mente linguístico, isto é, a analisar só a parte gramatical da língua, a palavra, a frase. Ela leva em conta outros aspectos externos à língua, mas que fazem parte essencial de uma abordagem discursiva: além do contexto imediato da situação de comunicação, compreendem os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos, que cercam a produção de um discurso e nele se refletem. Considera-se o espaço que esse discurso ocupa em relação a outros discursos produzidos e que circulam na comunidade.

Para a AD, o uso da linguagem exige dos seus usuários um saber linguístico e também um saber que é exterior à língua que envolve aspectos histórico-ideológico-sociais, saberes adquiridos quer pela prática cotidiana, quer pela escolarização, saberes que o analista deve apreender em seus estudos.

Dentre os vários conceitos com que a AD opera, vamos relembrar três, porque básicos, presentes desde sua fundação: a noção de condições de produção, de formação ideológica e de formação discursiva.

Ao partir-se do pressuposto teórico de que num ato de linguagem o interior linguístico está permeado pelas condições exteriores, uma série de consequências se delineiam, como: considerar a não literalidade das palavras (a palavra é ambígua, atravessada pela polissemia), o sentido se forma levando em conta os contextos, um sujeito histórico produz a linguagem interagindo com outro sujeito, a linguagem é constitutivamente heterogênea. Chega-se a esse posicionamento teórico seguindo percursos, inicialmente trilhados por Pêcheux, autor que está na fundação da AD. Em seu artigo: "A Análise do Discurso: três épocas (1983)", o autor mostra três fases de constituição da Análise do Discurso.

No início, pensa-se num sistema teórico fechado, concebendo-se a formação discursiva (FD) como uma maquinaria estrutural constituída por enunciados que, num jogo parafrástico, se caracterizariam pela sua homogeneidade. Compreende-se a formação discursiva como constituída por "aquilo que pode e deve ser dito", excluindo e rejeitando para fora do espaço de apreensão do objeto o que se considerava corpo estranho. Mas, posteriormente, percebeu-se que essa maquinaria estrutural e fechada não correspondia à realidade, ao se reconhecer que toda formação discursiva é atravessada por outras formações discursivas.

Pêcheux reformula a noção de FD ao reconhecer que ela não é um espaço estrutural fechado, pois está em relação paradoxal com seu "exterior" sendo "invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos" (Pêcheux, 1990: 314). A noção de interdiscursividade surge para designar o

“exterior específico” que irrompe no interior de uma FD. Ao se colocar a relação da FD com um exterior e anterior, vê-se obrigado a reconhecer como elementos importantes a serem considerados na análise de uma FD

os pontos de confronto polêmico que se trava nas suas fronteiras internas, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos tematizados como efeitos de ambiguidade ideológica, de divisão, de réplicas estratégicas. (Pêcheux, 1990: 314)

O sujeito do discurso concebido, de início, como puro efeito de assujeitamento ao dispositivo da FD, com o qual se identifica, vai sendo também contaminado por essa preocupação nova (o exterior como constitutivo do interior discursivo) que leva ao questionamento da própria concepção original da FD e ao reconhecimento do discurso como um objeto heterogêneo. Sob o primado teórico do outro sobre o mesmo, procura-se tematizar as formas linguístico-discursivas do discurso outro e da identidade discursiva.

Surge, para essa concepção de FD, o conceito de heterogeneidade: uma formação discursiva está sempre em interação com outras formações discursivas em que vários discursos estão ora em relação de conflito, ora de aliança, e a linguagem é vista como uma arena de lutas.

Com a ideia de heterogeneidade, reconhece-se que a linguagem não é transparente, mas marcada por uma opacidade em que se abrigam vários sentidos podendo conotar esquemas, ideais, valores e crenças semanticamente opostos. Pêcheux aborda essa questão no seguinte fragmento:

[...] O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas ao contrário é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas [...]. Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. (1988: 160)

Assim, se a palavra é polissêmica, plurissignificativa, a desambiguação do sentido se dá levando em conta as condições de produção do discurso, a formação discursiva em que esse discurso se inscreve e a formação ideológica a que se filia.

A noção de condições de produção pode ser definida como o conjunto dos elementos que cerca a produção de um discurso. No sentido mais restrito,

diz respeito à situação de enunciação que compreende o eu-aqui-agora; num sentido mais amplo, compreende o contexto sócio-histórico-ideológico que envolve os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do objeto de que estão tratando. Todos esses aspectos devem ser levados em conta quando procuramos entender o sentido de um discurso.

Por formação ideológica entende-se o conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas dizem respeito, direta ou indiretamente, às posições de classe social, política, econômica de onde se fala ou escreve e têm a ver com as relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e que são expressas quando interagem entre si. Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas em interação. É nesse sentido que podemos falar em uma formação ideológica colonialista, uma formação ideológica capitalista, neoliberal, socialista, religiosa, etc.

Pêcheux assim define formação discursiva:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...] as formações discursivas representam "na linguagem" as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (1988: 160-1)

Dessa forma, uma mesma palavra pode ter sentidos diferentes de acordo com a formação discursiva e ideológica em que se inscreve; é necessário estar atento ao jogo polissêmico que mascara sob a aparência do mesmo o outro sentido, ou os sentidos indesejados. Nas palavras de Pêcheux:

[...] se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes [...] conforme se referam a esta ou àquela formação discursiva, é porque uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria "próprio", vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (1988: 161)

No início da AD, a recusa à literalidade do sentido provocou muita discussão; essa concepção de não literaridade deve ser entendida no nível discursivo e no interior de uma formação discursiva, isto é, na medida em que para a

AD todo discurso é produzido histórica e socialmente. Por outro lado, por um processo ideológico geralmente velado, palavras, expressões diferentes podem encobrir o mesmo sentido num jogo estratégico de relações parafrásticas que levam a uma espécie de monofonização, univocalidade, consenso, apagando diferenças que geralmente são conflituais.

De modo correlato, se se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, "ter o mesmo sentido", o que representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido. (Pêcheux, 1988: 161)

A título de ilustração, vejamos um texto publicado na *Folha de S. Paulo* em 2008, de autoria de Fernando Rodrigues:

Estatização, palavra polêmica

Washington – Banqueiros e governos falam de "injeção de recursos" e "compra de ações" de instituições financeiras encarecidas. Evita-se sempre a expressão "estatização". É um tabu como era no passado falar em público a respeito de alguém com câncer. Românticos de Cuba reclamam dessa novilingua do poder – apenas com razão parcial, pois é necessário ponderar as nuances do atual cenário. Do ponto de vista linguístico, o termo "estatização" está correto. Se um banco privado passa a ser controlado pelo governo, torna-se uma entidade estatal.

Mas há também a carga ideológica dentro da expressão. Quando nos países socialistas houve estatização, tratava-se de medida para a vida toda. Pelo menos essa era a intenção de soviéticos e seus satélites durante décadas no século passado. Ou seja, ao dizer simplesmente "EUA estatizam bancos" conta-se só metade da história. Engana-se quem imagina a Casa Branca tomada por neobolcheviques, capitulando aos ensinamentos de Marx. Na realidade, não há o menor sinal de uma política para aumentar a presença do Estado na economia de maneira perene. Nenhum integrante da equipe econômica norte-americana defende a estatização eterna das instituições bancárias agora socorridas.

A ideia do pacote de George W. Bush é tentar salvar o capitalismo. Se for necessário torrar dinheiro público, cumpra-se. Passada a turbulência, o movimento será de vender de volta todos os bancos para a iniciativa privada. [...]

(*Folha de S. Paulo*, 13/10/2008, Primeiro Caderno, p. 2)

O texto ilustra, de forma exemplar, as artimanhas da linguagem no jogo enunciativo-discursivo da construção dos sentidos. Sem ser linguista, mas um usuário proficiente da língua, proficiência aguçada por uma competência jornalística, o autor distingue os sentidos de estatização do ponto de vista linguístico (o dicionarizado) e do ponto de vista discursivo, isto é, levando-se em conta os aspectos extralinguísticos (as condições sociopolíticas e ideológicas) em que o termo está sendo empregado no contexto atual.

No fundo, o que o jornalista quer mostrar é que o termo "estatização" é uma palavra polêmica, porque o seu sentido varia de acordo com a formação discursiva e a formação ideológica a que remete (marxista ou capitalista). Como se trata de descrever o que ocorre no cenário econômico capitalista, o uso do termo tem sido evitado e, em seu lugar, usam-se expressões eufemísticas como "injeção de recursos" e "compra de ações". Essas opções lexicais são criticadas por aqueles que veem na substituição mera encenação parafrástica para o mesmo fenômeno (estatização). O locutor, no entanto, mostra o matiz semântico que diferencia a estatização dos marxistas e essa alegada "estatização" americana. Na verdade, não se trata de estatização, no sentido original do termo, pois a estratégia política do governo americano é "tentar salvar o capitalismo". Mostra, portanto, que o mesmo termo não tem o mesmo sentido para uma e outra formação discursiva. Vamos ao que diz Pêcheux:

[...] o sistema da língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe. Isso não resulta que eles terão o mesmo discurso: a língua aparece como a base comum de processos discursivos diferenciados. (1988: 81)

O que queremos ressaltar nesse fragmento são as duas noções fundamentais que aparecem na AD, noções fundamentais que estão opostas, mas não excludentes: base linguística e processo discursivo ideológico.

A noção de base linguística compreende todo o sistema linguístico (a gramática da língua) enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas. Dotado de relativa autonomia, o sistema linguístico é regido por leis internas. Essa base linguística subjaz ao nível discursivo: a língua constitui a condição de possibilidade do discurso. Os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, sendo a língua o lugar material em que se realizam esses efeitos de sentido. Rejeita-se, portanto, qualquer hipótese de uma discursividade enquanto utilização "acidental" do sistema linguístico.

A preocupação de Pêcheux é inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes, pois reconhece que se a língua é indiferente à divisão de classes sociais e à sua luta (daí a relativa autonomia do sistema linguístico), mas aquelas (as classes sociais) não o são em relação à língua, utilizando-a de acordo com o campo de seus antagonismos. A língua é indiferente às classes sociais, à ideologia, mas o discurso não o é. O falante utiliza a língua de acordo com a sua posição social e ideológica. Nesse contexto, o lugar do falante na perspectiva da Análise do Discurso é crucial.

Sujeito do discurso

O sujeito na AD é essencialmente marcado pela historicidade, fato inconcebível para uma semântica formal preocupada com a vericondicionalidade ou para o estruturalismo vigente. Quando Saussure trabalha a dicotomia língua e fala, elege como objeto da ciência linguística justamente a língua por ela constituir um sistema, um conjunto estruturado, comum aos falantes de uma determinada comunidade, abstraído das particularidades dos eventos da fala. Embora reconhecesse que a fala também fosse importante, naquele momento, que é o momento da vigência da filosofia cartesiana, do positivismo, só era possível eleger como objeto da linguística a língua, por ser sistematizável, generalizável (em oposição à variabilidade e multifacetação da fala).

Assim, esse sujeito essencialmente marcado pela historicidade não é o sujeito abstrato da gramática, mas um sujeito situado no contexto sócio-histórico de uma comunidade, num tempo e espaço concretos. É um sujeito interpelado pela ideologia, sua fala reflete os valores, as crenças de um grupo social. Não é único, mas divide o espaço de seu discurso com o outro, na medida em que, na atividade enunciativa, orienta, planeja, ajusta sua fala tendo em vista um interlocutor real, e também porque dialoga com a fala de outros sujeitos, de outros momentos históricos, em um nível interdiscursivo. Sua fala/escrita apresenta efeitos polifônicos, porque no seu discurso outras vozes também falam. O sujeito se forma, se constitui na relação com o outro, percebendo sua alteridade; isto é, da mesma maneira que toma consciência de si mesmo na relação com esse outro, o sujeito do discurso se constitui, se reconhece como tendo uma determinada identidade na medida em que interage com outros discursos, com eles dialogando, comparando pontos de vista, divergindo, etc. A emergência desse conceito de sujeito, marcado pela relação

identidade-alteridade, voltado para a interação eu/outro, é um acontecimento teórico importante introduzido pela Análise do Discurso.

Heterogeneidade do discurso

Outro conceito, também importante, é o de heterogeneidade constitutiva no nível do discurso. Voltando um pouco na nossa reflexão, lembremo-nos que, na concepção inicial de formação discursiva, entendia-se que toda FD era um sistema fechado, constituído por enunciados homogêneos, gerados parafrasticamente. Depois, há um deslocamento teórico importante que vai implodir essa ideia de uma FD fechada, homogênea com a introdução da noção de interdiscurso. Se no interior de um discurso há elementos vindos de outro lugar, de outros discursos, porque um discurso não existe sozinho, ao contrário, está em constante interação com outros discursos, toda FD é um sistema de dispersão que se define em sua relação paradoxal com outras FDs que a atravessam trazendo o outro (a alteridade) para o seu interior, o mesmo. Essa relação do outro-mesmo de uma FD dá a Pêcheux e a outros estudiosos o reconhecimento de que a heterogeneidade é constitutiva do discurso.

A forma de apreender essa propriedade fundamental da linguagem, que é a heterogeneidade, é analisando e prestando atenção na enunciação, observando as marcas específicas que remetem à instância em que os enunciados são produzidos. A enunciação é definida por Todorov e Ducrot como:

[...] ato pelo qual enunciados, frases, sequências, etc., se realizam, assumidos por um locutor particular, em circunstâncias espaciais e temporais precisas. A presença de elementos linguísticos como eu, tu, aqui, agora... no enunciado manifesta o vínculo entre enunciado e enunciação. (1987: 303)

Uma tendência da AD, hoje, tem se preocupado com a questão da enunciação, dialogando com a linguística da enunciação, com a semântica da enunciação. Por esse motivo, trazemos a contribuição de alguns linguistas que estudaram a problemática da enunciação e a quem analistas do discurso têm recorrido para melhor compreender seu objeto de análise. O pioneiro dos estudos enunciativos é Roman Jakobson que, preocupado com questões de poética, fez estudos fundamentais sobre as funções da linguagem baseados em aspectos enunciativos. No entanto, o pai da linguística da enunciação é Benveniste, cujas ideias sobre subjetividade e suas formas de inscrição na língua

serão aqui focalizadas. A seguir, trabalharemos com Bakhtin, cuja concepção de enunciação situa-se numa vertente sociointerativa. Depois serão abordados dois teóricos, que, a partir da leitura de Bakhtin, problematizam em nível mais estritamente linguístico a questão da enunciação: Jacqueline Authier-Revuz, e Oswald Ducrot. Básico em todos eles é o fato de reconhecerem no ato enunciativo um modo heterogêneo de manifestação da linguagem e, por isso, fornecerem ao analista do discurso instrumental produtivo para exploração de um *modus operandi* que possibilite trabalhar imbricadamente a materialidade linguística e o nível discursivo (na proposição de Pêcheux, referidos como base linguística e processar discursivo).

Benveniste: enunciação e subjetividade na linguagem

Benveniste define a subjetividade como “a capacidade de o locutor se propor como sujeito” do seu discurso. Para ele, “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso” (1976: 286). Dessa forma, a subjetividade se funda no exercício da língua. Só se apreende a subjetividade em um discurso porque esse discurso foi concretamente produzido por um sujeito, um “eu” que se dirige a um outro, um ‘tu’, a respeito de um determinado referente, de um determinado objeto.

Para esse autor:

A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou [...] não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a [...]. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. (Benveniste, 1976: 285)

Ou seja, a linguagem não é um instrumento, por exemplo, como o machado que o homem desenvolveu, fabricou; a linguagem está na própria *humanidade* do homem. Não existe um momento primordial em que se começa a falar, se inventa a linguagem; o homem nasce com a linguagem que é constitutiva de sua natureza.

E como se pode apreender concretamente o sujeito no exercício dessa linguagem? Ele vai dizer que é através das pistas, das marcas que todo discurso

deixa. Na Parte v, "O homem na língua", de sua obra *Problemas de linguística geral* (1976), dedica alguns capítulos para tratar especificamente dessas marcas que denunciam, que mostram a presença do homem, como o homem se manifesta na linguagem.

Ele trabalha, por exemplo, a estrutura das relações de pessoa no verbo. Afirma que todas as línguas que têm verbos, têm pessoas e analisa as relações de pessoas: "eu", "tu" e "ele". "Eu" e "tu" são pessoas, o primeiro pessoa subjetiva e o segundo, pessoa não subjetiva. As pessoas "eu-tu" se opõem a "ele", que seria, baseado na gramática dos árabes, a não pessoa, estabelecendo a oposição "eu/tu" *versus* "ele".

O reconhecimento dessa relação no sistema pronominal leva-o a examinar também as relações de tempo no verbo francês. Ele vai mostrar que o tempo verbal no francês não constitui um sistema único; distribui-se em dois sistemas distintos e complementares que permanecem disponíveis para cada locutor. A eles correspondem dois planos de enunciação diferentes: o da história e o do discurso.¹ No plano enunciativo da história, os fatos são narrados no passado e os tempos verbais empregados são todos do passado.

A enunciação histórica [...] caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados [...]. Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. Para que possam ser registrados como se tendo produzido, esses fatos devem pertencer ao passado [...]. Definiremos a narrativa histórica como o modo de enunciação que exclui toda forma linguística "autobiográfica". O historiador não dirá jamais *eu nem tu nem aqui nem agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu:tu*. Assim, na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de terceira pessoa. (Benveniste, 1976: 262)

Assim, predomina nesse plano enunciativo a não pessoa, isto é, procreve-se tudo que é estranho à narrativa dos acontecimentos, eliminando-se reflexões, comparações, qualquer elemento que marque subjetividade. Aliás, é como se não houvesse narrador: "Os acontecimentos são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos." (1976: 267).

Em contraposição a esse plano da narrativa histórica, situa-se o plano enunciativo do discurso, que compreenderia toda enunciação que envolve um locutor com a intenção de influenciar, de algum modo, o outro, seu interlocutor. Engloba toda a diversidade dos gêneros de discursos orais e escritos "nos

quais alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria da pessoa". Dessa forma, o plano enunciativo do discurso distingue-se da enunciação histórica pela escolha dos tempos verbais e pelo emprego do sistema pronominal.

O [plano enunciativo do] discurso emprega livremente todas as formas pessoais do verbo, tanto *eu/tu* como *ele*. Explícita ou não, a relação de pessoa está presente em toda parte. Consequentemente a terceira pessoa não tem o mesmo valor que na narrativa histórica. Nesta, não intervindo o narrador, a *terceira pessoa* não se opõe a nenhuma outra; é na verdade uma ausência de pessoa. No [plano enunciativo do] discurso, porém, um locutor opõe uma não pessoa *ele* a uma pessoa *eu/tu*. Igualmente, o registro dos tempos verbais é muito mais amplo no discurso: de fato, todos os tempos são possíveis [...].² (Benveniste, 1976: 268)

As pesquisas de Benveniste serviram de inspiração a outros estudiosos como H. Weinrich,³ que trabalhou os conceitos de mundo do relato e mundo do comentário, aplicando-os em textos de língua francesa para mostrar que o sistema temporal dos verbos nessa língua, do ponto de vista discursivo, não serve só para indicar tempo cronológico, mas posicionamentos do enunciador ante o objeto de sua fala, caracterizando a situação comunicativa como Relato (que corresponderia ao plano enunciativo da narrativa histórica de Benveniste) ou como Comentário (que corresponderia ao plano enunciativo do discurso).⁴

No volume 2 de *Os problemas de linguística geral* (1989), no capítulo "O aparelho formal da enunciação", Benveniste apresenta uma espécie de sistematização teórica dos conceitos que balizaram sua pesquisa de caráter mais empírico compreendida em "O homem na língua". Inicia fazendo uma distinção entre as condições de emprego das formas (que dizem respeito à descrição da diversidade das estruturas linguísticas e remetem a um grande número de modelos) e condições de emprego da língua ("um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira", e diz respeito à produção do discurso por meio de atos de enunciação).

Partindo da afirmação de que "o discurso é produzido cada vez que se fala", define enunciação como o "colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" e chama a atenção para "a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado [...]. Este ato consiste em o locutor mobilizar a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua é determinada pelos caracteres linguísticos da enunciação" (Benveniste, 1989: 82).

O propósito do artigo é “definir a enunciação no quadro formal de sua realização [isto é,] esboçar, no interior da língua, os aspectos formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (Benveniste, 1989: 83).

Para o autor, antes da enunciação a língua é apenas uma possibilidade; na enunciação o locutor realiza um processo de apropriação do aparelho formal da língua e, ao mesmo tempo em que enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, implanta o outro diante de si:

A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de correferir identicamente, no consenso pragmático que faz cada locutor um colocutor. A referência é parte integrante da enunciação. (Benveniste, 1989: 84)

Destacam-se neste fragmento dois aspectos que configuram uma posição singular de Benveniste: a primeira, o fato de caracterizar toda enunciação como uma alocução, isto é, postular um alocutário, trazendo para a instância da enunciação o interlocutor na medida em que fala em correferir e colocutor; a segunda, o fato de colocar no interior do mecanismo da enunciação a questão da referência, isto é, a questão da semantização da língua, da construção do sentido na instância da enunciação.

A enunciação vista como um “ato individual de apropriação da língua” mobiliza um jogo de formas linguísticas específicas que vão marcar a subjetividade, a relação intersubjetiva, a posição do locutor em relação ao referente de que fala e em relação a seu próprio ato de enunciação. Benveniste faz uma espécie de inventário dessas formas:

- os índices de pessoa (a relação eu-tu) que emergem apenas na e pela enunciação;
- os índices de ostensão (tipo este, aqui, lá...), termos que implicam um gesto que aponta para o objeto no momento da enunciação;
- o paradigma inteiro das formas temporais (como os tempos verbais cuja forma axial é o presente, que coincide com o momento da enunciação), que se determinam em relação a EGO, centro da enunciação;
- um aparelho de funções sintáticas que se realizam na e pela enunciação na medida em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário. São, por ex., a interrogação, a intimação, a asserção, todos os tipos de modalidades

formais (como os modos verbais – optativo, subjuntivo; expressões/ itens lexicais pertencentes à fraseologia indicando incerteza, possibilidade, indecisão, etc.;

- o quadro figurativo da enunciação que coloca em cena duas figuras igualmente necessárias (o *eu* e o *tu* que estruturam o diálogo) e caracteriza a acentuação da relação discursiva entre os protagonistas da enunciação.

Bakhtin: enunciação e interação social

De Bakhtin, iremos destacar suas considerações sobre a natureza social do ato de enunciação:

[...] A enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e mesmo que não haja um interlocutor real este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor, ela é função da pessoa desse interlocutor, não pode haver interlocutor abstrato. (Bakhtin/Voloshinov, 1979: 98)

A interação é uma questão central em Bakhtin, porque sua concepção de linguagem tem como princípio básico o dialogismo, mas diferentemente de Benveniste, na relação *eu-tu* acentua-se o aspecto social:

[...] a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente a estrutura da enunciação. A situação dos participantes mais imediatos determina a forma e o estilo ocasionais da enunciação, os estados mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor. Toda a tomada de consciência implica um discurso interior, entonação interior, estilo interior ainda que rudimentares, sem uma orientação social de caráter apreciativo não há atividade mental. (Bakhtin/Voloshinov, 1979: 99-100)

Enfatizando a orientação social e o caráter apreciativo dessa relação, Bakhtin recusa um “eu” individualizado cuja atividade mental tende para a autoeliminação e perda da sua modelagem ideológica e, conseqüentemente, do seu grau de consciência, e propõe um nós, sujeito social que se marca por uma atividade diferenciada. Esta diferenciação se dá no nível ideológico, no grau de consciência em relação à orientação social. Esse nós, sujeito social,

unidade que se constitui na multiplicidade, fruto da interação conflitual entre o "eu e o outro", é o sujeito inserido na memória e na história, diferente do sujeito transcendental, abstrato, fora de qualquer orientação histórica, social e política.

[...] Então, o centro organizador de toda a enunciação, de toda a expressão, não é interior, mas exterior, está situado no meio social que envolve o indivíduo. Toda palavra é ideológica e toda a utilização da língua está ligada à evolução ideológica, a estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social, a enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. (Bakhtin/Voloshinov, 1979: 113)

Por isso, para Bakhtin, a palavra não é monológica, mas plurivalente, o dialogismo passa a ser, no quadro de suas formulações, uma condição constitutiva do sentido. Baseado nesse pressuposto, elabora o conceito de polifonia analisando textos literários e da literatura popular, por ele denominada também de carnavalesca, em que o narrador se investe de uma série de máscaras diferentes e representa várias vozes a falarem simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras. A eles opõe uma outra categoria de textos, aqueles em que numa fala monológica, uma só voz se faz ouvir e as várias consciências presentes na obra são objetos de um narrador.

Sua concepção de interação verbal e de diálogo pressupõe a ideia de que toda comunicação verbal, de qualquer tipo, faz parte de uma corrente de comunicação ininterrupta em que o "outro" está sempre pressuposto não de forma passiva, mas ativa, orientando a construção do discurso. Essa valorização do papel do outro vai levar Bakhtin a formular a questão da compreensão, opondo uma compreensão passiva a uma compreensão ativa. A compreensão passiva é aquela dos filólogos, que olha o texto como um código a ser decifrado, e a compreensão ativa é a que tem o germe de uma resposta; quer dizer, o leitor aborda o texto de forma responsiva, o texto enquanto *signo*, signo móvel (e não enquanto *signal*, código) carregado de sentidos, o que exige do leitor uma réplica, um posicionamento.

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão. [...] A compreensão é uma forma de diálogo, ela está para a enunciação assim como uma réplica está para outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra [...]. (Bakhtin/Voloshinov, 1979: 117-8)

Como corolário dessa percepção do ato de compreender, os autores opõem-se a uma concepção do sentido que vê na palavra sempre um valor estável e idêntico a si mesmo. Ao contrário, propõem que o sentido de uma palavra é “traço de união entre os interlocutores” e só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. Assim entendida, a significação “é o efeito da interação do locutor e do receptor”; é um processo interativo de coconstrução entre os falantes envolvidos no ato de enunciação. Processo que, por ser concreto, real e dinâmico, os falantes imprimem sempre um acento valorativo ou apreciativo:

[...] Toda palavra usada na fala real possui [...] acento de valor ou acento apreciativo [...]. Sem acento apreciativo não há palavra. [...] Não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido e uma apreciação. (Bakhtin/Voloshinov, 1979: 118)

Dentre os vários legados de Bakhtin, outra noção, que é fundamental, é a de gênero do discurso. Como na sua teoria dá-se ênfase à interação, à enunciação como forma de interação social pela linguagem, afirma que toda esfera de atividade humana possui formas de expressão próprias. Por uma questão de economia comunicativa, o enunciado produzido dentro de uma determinada esfera é *relativamente estável* em relação ao tema, à estrutura e aos recursos linguísticos: “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (Bakhtin, 1992: 279). Pela multiplicidade das atividades humanas, os gêneros são heterogêneos. É uma noção que tem sido bastante produtiva na Análise do Discurso.

Percebemos como o pensamento de Benveniste e o pensamento de Bakhtin se caracterizam e se diferenciam. O de Benveniste é mais o de um pensador da linguística, o de Bakhtin é mais de um filósofo ou sociólogo da linguagem, voltado para a questão da língua enquanto acontecimento social. Diria que ambos, no entanto, são complementares: se Benveniste fornece os fundamentos linguísticos para sedimentar uma abordagem da base linguística que suporta o discurso, Bakhtin fornece simultaneamente os fundamentos do processar discursivo da construção do sentido que exige do olhar do analista um espriar-se para além do estritamente linguístico.

Authier-Revuz: a heterogeneidade do discurso

Jaqueline Authier-Revuz não é uma analista do discurso, ela se define como pertencente à linguística da enunciação, mas tem afinidades teóricas com a Análise do Discurso de linha francesa, talvez porque convivera com Pêcheux, um filósofo da linguagem. Influenciada pela leitura de Bakhtin e pela Psicanálise, elabora uma teoria da enunciação em que o princípio do dialogismo resulta numa concepção do discurso assentada na característica heterogênea da linguagem e numa concepção de sujeito afetado pela divisão entre o consciente e o inconsciente. Enfim, ela questiona tanto uma concepção homogeneizadora da discursividade como a unicidade significativa do sujeito. Para ela, a heterogeneidade é uma propriedade constitutiva (e não acidental, acessória) da linguagem; essa característica própria da linguagem pode ser apreendida no fio do discurso, na superfície, na materialidade linguística do enunciado, através de marcas, indícios que mostram/sinalizam o "outro". O discurso não é fechado nele mesmo, ele está o tempo todo remetendo ao "outro", o "outro" aqui entendido como o outro/meu interlocutor e também os outros discursos, produzidos alhures e que atravessam toda enunciação; nessa perspectiva entende-se que todo discurso é produto do interdiscurso.

Sendo o discurso heterogêneo, o sujeito que ele preconiza também é um sujeito heterogêneo, afetado pelo outro-interlocutor, pelo outro-interdiscursivo e, ainda, pela divisão entre o nível consciente do dizer e o nível inconsciente que faz aflorar ou apagar discursivamente elementos indesejáveis: "[...] o sujeito é dividido, clivado, cindido, fendido..." entre o inconsciente e o consciente. Não há centro para o sujeito, "o sujeito é efeito de linguagem" (Authier-Revuz, 2004: 64-5). Nesse sentido o discurso é uma dispersão de sujeitos e o sujeito é descentrado, isto é, o sujeito não é adâmico, aquele que profere demiurgicamente a palavra original; não é o senhor da palavra, o discurso não emerge de um sujeito só, o discurso emerge de um sujeito dialogando com o outro e com outros discursos, pois "sob nossas palavras, 'outras palavras' sempre são ditas; [...] atrás da linearidade 'da emissão por uma única voz', se faz ouvir uma 'polifonia' [...] o discurso é constitutivamente atravessado pelo discurso do Outro" (Authier-Revuz, 2004: 69).

Apresenta duas formas de heterogeneidade: a constitutiva, própria da natureza da linguagem (que corresponderia ao princípio do dialogismo de

Bakhtin); e outra, a mostrada, que se manifesta por formas linguísticas que representam diferentes modos da negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso; são, portanto, formas que alteram a unicidade da cadeia discursiva, aí inscrevendo o outro. Assim, porque se reconhece que o discurso é heterogêneo e que o sujeito divide o espaço com o outro, ao falar ou escrever o sujeito faz uma espécie de negociação com o outro: ele delimita, localiza no próprio discurso que produz, o espaço desse outro para indicar o território que é dele próprio.

Essa delimitação se faz mostrando na superfície linguística, na materialidade linguística do enunciado índices que denunciam o lugar do um e do outro e podem ser de duas formas: marcadas e não marcadas. As marcadas são de duas categorias:

- 1) as que apresentam índices formais como as que aparecem no discurso direto (verbo de dizer + dois pontos), no discurso indireto (os conectivos *que* ou *se* + mudança nos tempos verbais e formas pronominais), nas expressões que indicam de onde procede a voz (como: segundo, conforme, do ponto de vista de, etc.);
- 2) as que são sinalizadas de forma mais sutil, não apresentando ruptura sintática nem expressões que marcam a procedência da fala, mas algum sinal que denuncie a fala outra como marcas gráficas do tipo aspas, parênteses, itálico, negrito, etc., ou o uso de expressões de outra língua (cozer o macarrão *al dente*), o emprego de um registro familiar num discurso formal, acadêmico ou vice-versa, o uso de gírias, jargões técnicos em discursos em que essas expressões entram como corpo estranho, as diferentes formas de metalinguagem, de ajuste da palavra ao cotexto (isto é, no melhor sentido, no sentido X), etc.

São todas estratégias do falante que assinalam um ponto de heterogeneidade no fio do discurso: os da primeira categoria marcam mais explicitamente a alteridade, a quem cabe a responsabilidade do fragmento citado que é extraído da cadeia enunciativa normal, do contexto natural em que apareceu e é remetido a outro lugar, inserido em outro ato de enunciação. As formas marcadas da segunda categoria remetem a uma alteridade enunciativa que se dobra sobre a própria enunciação, sinalizando um sentido especial ou outro sentido, conotado na voz de um enunciador outro. É um jogo estratégico em que o falante, reconhecendo a heterogeneidade como propriedade constitutiva da linguagem, utiliza-se de recursos que intervêm na linearidade da cadeia

enunciativa visando à construção de uma identidade discursiva que lhe seja própria. Ao circunscrever assim o ponto heterogêneo como corpo estranho, “defeito” local, remete-se ao exterior, delimitando um interior do discurso. Pelo tipo de relação que se joga com o outro, estabelece-se uma relação de cumplicidade ou de polêmica, de aliança ou de negação, fundamental para a constituição da identidade discursiva.

Por outro lado, existe uma outra classe de heterogeneidade mostrada que não é marcada e que se manifestaria, por exemplo, no discurso indireto livre, na ironia, na imitação, no pastiche, em que a fronteira entre o um e o outro não estaria delimitada. Para entender esses discursos é necessário recorrer aos diferentes contextos. A fronteira ficando diluída, a identidade dos discursos fica ameaçada, podendo gerar incompreensão ou construção de sentidos equivocados. Num discurso irônico, por ex., um leitor/ouvinte pode não perceber a voz irônica que subjaz à superfície discursiva e que conota um outro enunciador, diluindo o outro no um.

O dialogismo atravessa a teoria da heterogeneidade de Authier-Revuz, pois ele está na raiz de toda a problemática da interdiscursividade como elemento constitutivo da discursividade e do sujeito.

Ducrot: a teoria polifônica da enunciação

Também inspirado no princípio do dialogismo de Bakhtin, Ducrot propõe uma teoria da enunciação de caráter polifônico. Mas se Bakhtin trabalha com textos maiores, enunciados da narrativa literária, Ducrot vai explorar o conceito de polifonia no interior da linguística. Seu propósito é aplicar o conceito de polifonia ao nível do enunciado, refutando a tese da unicidade do sujeito da enunciação: para cada enunciado – um sujeito; tese que pressupõe que “há um ser único autor do enunciado e responsável pelo que é dito no enunciado”. Para ele, um mesmo enunciado pode ter vários sujeitos; isto é, num jogo polifônico, um enunciado pode apresentar várias vozes.

Em oposição à frase, considerada uma entidade abstrata da gramática, uma construção do linguista, objeto teórico pertencente ao nível da língua enquanto sistema, Ducrot propõe a noção de enunciado como entidade observável, fragmento do discurso, uma realização particular ou a ocorrência *hic et nunc* de uma frase em um ato concreto de enunciação. Define a enunciação como:

o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado. A realização de um enunciado é um acontecimento histórico, é dada existência a alguma coisa que não existia antes e não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo *enunciação*. (1987: 168)

A referência a “acontecimento histórico” deve ser entendida em sentido diferente daquele “histórico” de Bakhtin. O histórico de Bakhtin é atravessado pelo social, pela entonação apreciativo-valorativa e ideológica do sujeito e, em Ducrot, o acontecimento histórico é simplesmente o acontecimento da emergência de um enunciado num aqui e agora.

O autor estabelece ainda uma diferença entre significação e sentido. A significação está na frase, é, por isso, do nível da língua enquanto sistema; e o sentido é do nível do enunciado, é “uma construção que o falante realiza levando em conta a situação de discurso, a partir das instruções especificadas na significação” (1987: 172). É pela descrição da enunciação que se chega ao sentido do enunciado, isto é, analisando o modo pelo qual o sujeito falante representa a própria enunciação que está realizando. Para o autor:

o sentido é algo que se comunica ao interlocutor: estas descrições são pragmáticas na medida em que levam em conta o fato de que o sujeito falante realiza atos, mas realiza esses atos transmitindo ao interlocutor um saber – que é um saber sobre sua própria enunciação [...] interpretar uma produção linguística consiste, entre outras coisas, em reconhecer nela atos, e que este reconhecimento se faz atribuindo ao enunciado um sentido, que é um conjunto de indicações sobre a enunciação. (Ducrot, 1987: 173)

E de que tipo são essas indicações? Dentre as várias modalidades de indicações que descrevem a enunciação, atribuindo um sentido ao enunciado, menciona:

- a) as relativas à argumentação: apresentam a enunciação como orientando para uma determinada conclusão (veja-se a diferença de orientação dada pelo emprego do operador argumentativo em “Ele ganha *quase* um salário mínimo” e em “Ele ganha *só* um salário mínimo” e que vai determinar conclusões diferentes que poderiam ser: no primeiro caso, “ele ganha muito para o que faz”; no segundo, “ele ganha pouco para o que faz”);
- b) as relativas ao aspecto modal como as indicações apresentadas por enunciados de caráter informativo e expressivo: o falante pode apresentar sua enunciação como resultado de uma escolha feita tendo em

vista fornecer certa informação distanciadamente a propósito de um objeto ou como motivada pela representação desse objeto, deixando falar o sentimento. Pode-se usar, assim, um enunciado afirmativo assertivo ou um enunciado exclamativo, o que vai acarretar sentidos, interpretações diferentes;

- c) as relativas ao sujeito ou aos autores eventuais da enunciação que, para Ducrot, constituem a indicação essencial, mais primitiva que o enunciado apresenta. De acordo com esse tipo de indicação, um enunciado apresenta no seu próprio sentido a existência de mais de uma fonte, de um sujeito na sua origem. E é nessa questão que ele vai centrar a sua atenção para esboçar sua teoria da polifonia.

Para isso, vai fazer distinções entre sujeito falante, locutor e enunciador.

- O *sujeito falante* é aquele ser empírico, ser no mundo: “eu, Helena, um sujeito empírico que fala para vocês”; o sujeito falante é um elemento da experiência que tem existência no mundo real.
- O *locutor* é o ser que é apresentado no próprio sentido do enunciado como seu responsável; é uma ficção discursiva. O locutor é a instância criada no discurso (corresponderia ao narrador no texto literário). Podemos ter polifonia no nível dos locutores, que é o caso da dupla enunciação: discurso direto, ecoimitativo, discurso imaginário, por exemplo, “se alguém me dissesse ‘eu vou sair’ eu lhe responderia com uma chamada de atenção...”. Neste caso, em *eu vou sair*, o “eu” desse fragmento não é o mesmo do “eu” de *se alguém me dissesse*. O locutor aqui é o responsável por todo o enunciado, “se alguém me dissesse ‘eu vou sair’ eu lhe responderia”; o locutor é uma ficção discursiva, a quem é atribuída a responsabilidade por proferir o enunciado.
- Os *enunciadores*, distintos do locutor, são seres que se expressam “através da enunciação sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas. Se eles *falam* é somente no sentido em que a enunciação é vista” (Ducrot, 1987: 192), não como expressando suas palavras, mas seu ponto de vista, sua posição, sua atitude. Os enunciadores corresponderiam a pontos de vista a expressarem um posicionamento em relação ao objeto observado a partir de uma perspectiva. Eles não são como os locutores responsáveis por palavras, enunciados, mas emergem como pontos de vista indiciando retomadas de falas,

mudanças, nuances de entonação, de valoração ideológica, de posição a partir de perspectivas outras. Tomemos um exemplo dado pelo próprio Ducrot (1987: 180): num diálogo, um locutor L, censurado por ter cometido um erro, replica:

“Ah! Eu sou um idiota; muito bem, você não perde por esperar!”

Nesse enunciado, L é o produtor das palavras e é ele que é igualmente designado por *eu*. Mas a responsabilidade do ato de afirmação realizado na primeira parte da sequência não é certamente L que assume, já que ele o contesta ameaçando o interlocutor I: temos aqui na fala de L dois enunciadores: um, E1, que fala/retoma o ponto de vista de I e outro, E2, que expressa o ponto de vista de L.

Ducrot analisa a pertinência da noção de enunciador, aplicando-a, por exemplo, à pressuposição, à negação, à ironia e mostrando como num enunciado pode emergir mais de uma voz.

Ex. 1: Pedro parou de estudar. (posto)
(Pedro estudava antes: pressuposto)

No enunciado posto, tem-se um L1 que fala de uma perspectiva E1, mas faz ouvir uma voz pressuposta, L2, que apresenta outra perspectiva, E2.

Ex. 2: “Não seja mal-educado!”

Sob o enunciado negativo (que censura o interlocutor por contrariar o código social do bom comportamento), subjaz uma voz enunciativa, que fala da perspectiva desse código: seja bem-educado (porque é sinal de civilidade).

Ex. 3: “Muito bonito! É assim que se agradece o bem recebido! Viva os bons modos!”

Nesta sequência de enunciados, L é o locutor responsável pela sua enunciação, pelo seu proferimento, mas não assume seu ponto de vista, que é atribuído a um enunciador de quem se critica a maneira de agir, considerada pelo locutor absurda. Assim, a perspectiva de onde fala e se posiciona o locutor não coincide com a do enunciador que está expressa no enunciado: L parece elogiar, mas na verdade está criticando algo que, do seu ponto de vista, é absurdo.

Em outras palavras, na fala irônica, um locutor L apresenta a enunciação como expressando não a sua posição, mas a de um enunciador cuja perspec-

tiva o locutor L não assume (mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação), mas critica, pois considera-a absurda. A distinção entre locutor e enunciador é essencial para explicitar o aspecto paradoxal da ironia:

[...] de um lado, a posição absurda é diretamente expressa (e não mais relatada) na enunciação irônica, e ao mesmo tempo ela não é atribuída a L, já que este só é responsável pelas palavras, sendo os pontos de vista manifestados nas palavras atribuídos a uma outra personagem. (Ducrot, 1987: 198)

Para “fechar” o percurso teórico aqui feito e que teve como eixo a enunciação segundo a visão de alguns estudiosos, algumas considerações finais podem ser úteis. Benveniste e Bakhtin, por exemplo, são autores que se aproximam, mas também se distanciam. Se aproximam na medida em que ambos abordam o sujeito, produtor da linguagem, mas concebendo-o de forma diferente. Para Benveniste:

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo exterior a *eu* torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental [...]. Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares [...]. (1976: 286)

Fazendo uma abordagem da enunciação que se atém mais ao aspecto linguístico, em Benveniste aparece uma certa concepção “egocentrada” do sujeito; concepção reforçada por outra, a de que, embora complementares e indispensáveis, o *tu* é eco do *eu*. Essa concepção se contrasta com a de Bakhtin/Voloshinov em que *eu* e *tu* são igualmente parceiros do ato de enunciação. Aliás, como ele concebe o sujeito da linguagem no bojo de uma teoria enunciativa regida por uma interação marcadamente de orientação social, ele recusa um *eu* individualizado e propõe um *nós*, sujeito socialmente organizado.

Authier-Revuz, influenciada por Bakhtin, leva à radicalidade o princípio do dialogismo, explorando-o sob a forma da heterogeneidade, rastreando suas múltiplas formas de manifestação através das marcas linguísticas (e gráficas) impressas na enunciação; estende suas fronteiras para além das formas relacionadas do discurso.

Ducrot é o mais polêmico deles para ser incluído num estudo sobre a Análise do Discurso (principalmente a denominada AD). Seus estudos fazem parte do que ele chama Pragmática Linguística, que abrange o enunciado e

seu encadeamento por operadores linguísticos/argumentativos. Também inspirado por Bakhtin, traz importantes contribuições aos estudos do discurso ao abordar, no bojo de uma teoria enunciativa da polifonia, a distinção entre locutor e enunciador, suscitando a problemática do ponto de vista para refutar a vericondicionalidade do enunciado e a unicidade do sujeito. O estudo do ponto de vista articulado à teoria da argumentação pode fornecer material produtivo para os analistas do discurso.

Para a Análise do Discurso, as abordagens da enunciação de um ponto de vista mais linguístico podem sedimentar pesquisas na medida em que, tendo sempre no horizonte a perspectiva discursiva (que compreende os componentes extralinguísticos), o sentido, aquilo *que é dito* é também moldado pela forma, pela linguagem, trabalhado no *como se diz*.

Conclusão

Desejo terminar enfatizando o fato de que o falante trabalha a linguagem, buscando no processo da enunciação moldar o seu discurso visando à construção de determinados efeitos de sentido. No uso efetivo, em oposição a uma visão homogeneizadora da língua, não há um sentido literal, fixo em que as palavras significam sempre a mesma coisa indiferentemente, mas que a palavra é polissêmica, ela muda de sentido conforme o posicionamento sócio-histórico-ideológico assumido pelo sujeito em conformidade com a formação discursiva em que sua fala se insere. Sem esquecer que os modos de dizer são heterogêneos, não se fecham numa formação discursiva, mas, operados pela memória, propiciam relações intertextuais e interdiscursivas.

Como uma teoria crítica da leitura, a contribuição da Análise do Discurso é mostrar que os modos de ver a realidade pela linguagem não são processos mecânicos de decodificação do sistema linguístico, mas é um processo dialógico em que o leitor, enquanto coenunciador, assume uma atitude responsiva dialogando com o texto, respondendo ao desafio de interpretação que ele impõe.

Notas

¹ O tempo fundamental da narrativa histórica é o pretérito perfeito. No francês, há um tempo específico para esse plano enunciativo: o *passé simple* ou *passé défini* (que corresponde ao grego aoristo, o tempo que capta o momento do acontecimento no passado). Os outros tempos (todos do passado) são: pretérito imperfeito,

mais-que-perfeito e, acessoriamente, de forma limitada, um prospectivo: o tempo perifrástico substituído do futuro (a forma em -ria), e o presente de definição (Benveniste, 1976: 262).

² No plano enunciativo do discurso, todos os tempos são fundamentais: o presente, o futuro e o perfeito (com exceção, no francês, do passado que corresponde ao aoristo, forma típica da narrativa histórica escrita praticada tanto pelo historiador como pelo romancista); o imperfeito é comum nos dois planos (Benveniste, 1976: 268-9).

³ *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Trad. F. Latorre. Madrid: Gredos, 1968, p. 61-94.

⁴ No contexto brasileiro, I. Koch (*Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984, p. 37-48) trata também desses conceitos aplicando-os em textos de língua portuguesa.

Bibliografia

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19. Trad. C. Cruz e J. W. Geraldí. Campinas: IEL/Unicamp, jul.-dez.1990, p. 25-42.
- _____. *Palavras Incertas*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- _____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, M. (Voloshinov) *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *Estética da criação verbal*. Trad. M. E. G. Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 277-326.
- BENVENISTE, E. O homem na língua. *Problemas de Linguística Geral*. Trad. M. G. Novak e L. Neri. São Paulo: Nacional/Edusp, 1976, p. 245-315.
- _____. O aparelho formal da enunciação. *Problemas de Linguística Geral II*. Trad. E. Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*, 2. ed. revista. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.
- _____. *Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobras*. São Paulo: Ed. Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- _____. Discurso e polêmica num debate político. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 37, São Paulo: IEB/USP, 1994, p. 129-143.
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. *O dizer e o dito*. Trad. E. Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. Trad. M. Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. E. P. Orlandi e outros. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- _____. A análise do discurso: três épocas (1983). In: Gadet, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- TODOROV, T.; DUCROT, O. *Dicionário Enciclopédico das ciências da linguagem*. Trad. A. Kyoko Miyashiro et al. São Paulo: Perspectiva, 1977.